

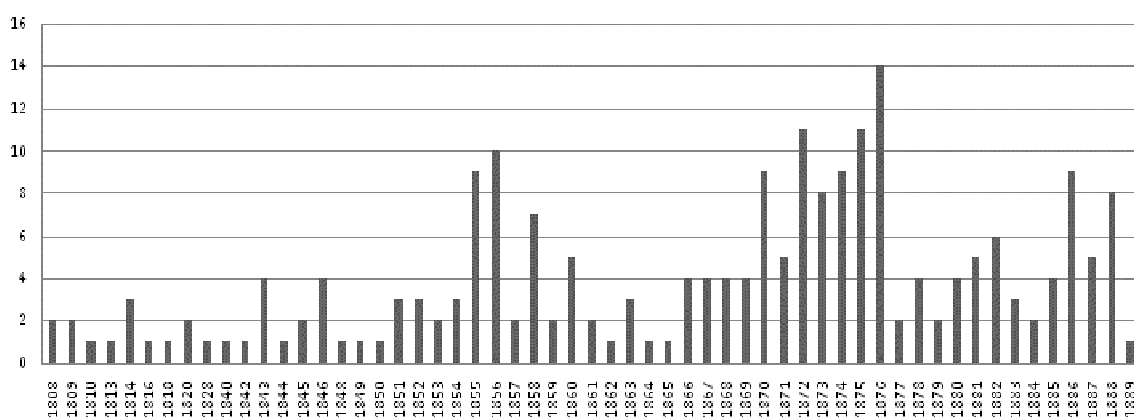
## Garantindo o capital: a formação das companhias de seguros no Brasil (1808-1864)

Alexandre Macchione Saes (UNIFAL-MG)  
Thiago Fontelas Rosado Gambi (UNIFAL-MG)

No marco do desenvolvimento do capitalismo, as companhias de seguros surgem para atender à demanda por segurança e produtividade do capital exigida por uma sociedade e por relações comerciais cada vez mais complexas. Ao oferecer maior segurança aos empreendimentos e, conseqüentemente, reduzir o risco do capital envolvido, o setor de seguros possibilitava o emprego de vultosos capitais nesses empreendimentos. O emprego dessas somas, por sua vez, dinamizava o comércio e a produção, contribuindo para aumentar a produtividade do capital. Além disso, as companhias de seguro funcionavam como ofertantes de crédito na economia, auxiliando a ampliação da acumulação de capital. Nos países do centro, o setor de seguros se revelava instituição imprescindível para a dinamização da atividade econômica e para o próprio desenvolvimento capitalista.

No Brasil, o setor de seguros desenvolveu-se no século XIX. Entre 1808 e 1864, o país assistiu à constituição de companhias de seguros, organizadas em sociedades anônimas e mútuos, e à abertura de agências de seguros que marcaram o período de formação do setor. Tais companhias e agências estavam relacionadas ao comércio marítimo e sua evolução acompanhou o crescimento da economia mercantil brasileira, primeiro com a abertura dos portos e, mais tarde, com a proibição do tráfico negreiro e a reforma institucional.

Gráfico 1. Cias de seguros: nº de autorizações (1808-1889)



Logo que a atividade se iniciou no país, surgiu o problema da legislação, que se apresentou com maior intensidade num setor como o de seguros. Para contornar o problema, a legislação foi inicialmente importada de países europeus, sobretudo de Portugal. Posteriormente, com o Código Comercial de 1850, consolidou-se no Brasil uma legislação própria para a atividade de seguros, ainda que sob influência francesa. A legislação mercantil apresentada pelo código lançava no país os princípios para a prática comercial, definindo regras também para o transporte marítimo, para o funcionamento de empresas comerciais, para a formação de sociedades anônimas, e mesmo para a definição de quebras e falências, dentre outros negócios.

Além de prestar serviços importantes ao comércio marítimo, o setor de seguros era significativo no conjunto das atividades desenvolvidas no país, especialmente na Corte. Embora o número de companhias nela estabelecidas não fosse alto relativamente, seus capitais representavam 23% do total das sociedades anônimas e comanditas desse lugar, valor representativo somente equiparado pelas instituições financeiras e estradas

de ferro. Daí a surpresa quanto à desatenção dos pesquisadores em relação ao setor e o interesse em pesquisá-lo. Dentre algumas características gerais, a esmagadora maioria das companhias estava situada na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. Tal concentração chama a atenção para a ‘megacefalização’ dessa província em relação às outras do país. De certa forma, a capital do país assumia, assim como Londres na Inglaterra, o papel de centro comercial e financeiro, justificando essa concentração. O Rio de Janeiro formou no período 54 companhias enquanto a Bahia, segunda província em número de companhias, havia formado apenas 12. Quanto ao tipo de risco que as companhias de seguros assumiam, destacavam-se os marítimos e de incêndios. Ao todo, 58 companhias faziam seguros marítimos, sendo que 34 faziam exclusivamente esse tipo de seguro. No caso de incêndios, eram 8 companhias exclusivas e 23 no total. As companhias brasileiras eram as mais diversificadas e faziam todos os tipos de seguros. Já as estrangeiras não podiam fazer seguros de vida. Assim, o seguro de vida de escravos era exclusividade de companhias nativas.

Além da escassez de trabalhos que tratam do tema das companhias de seguro, praticamente todos aqueles existentes consideram apenas as companhias de seguros organizadas como sociedades anônimas ou mútuos, o que obscurece a participação das agências no mercado de seguros e oculta conflitos entre seguradores brasileiros e estrangeiros. As agências são, portanto, um elemento novo que este trabalho traz à tona. A presença dessas agências era tão significativa que, em 1856, os diretores das companhias de seguros marítimos da praça do Rio de Janeiro solicitaram ao ministério da justiça que impedisse seu estabelecimento sem autorização do governo imperial e exigiam que tais agências cumprissem as garantias exigidas pelo código comercial brasileiro. É claro que, do ponto de vista da acumulação interna, as agências devem ser menos importantes do que sociedades anônimas e mútuos, uma vez que contribuem com seus serviços para a acumulação de capital em seus países de origem. No entanto, a presença de agências estrangeiras é mais uma faceta de uma economia ainda em formação como a brasileira.

Assim como há poucos trabalhos, as fontes de pesquisa também são escassas, sobretudo no que se refere às agências. Em síntese, os dados coletados para o período 1808-1864 mostram: 1) a predominância de companhias e agências de seguros nacionais; 2) a baixa participação de companhias e agências inglesas relativamente a outros países; 3) a concentração dos estabelecimentos na província do Rio de Janeiro, especialmente na Corte; 4) a predominância do seguro marítimo sobre outros tipos de seguro; 5) um equilíbrio na distribuição entre o número de sociedades anônimas e agências; 6) a concentração de capital em grandes companhias; 7) uma maior diversificação quanto à nacionalidade das agências e, 8) a íntima relação entre a formação das companhias de seguros e a expansão do comércio exportador brasileiro.

Finalmente, seja pela quantidade de companhias, pelo volume de capital ou pela diversidade de países que atuavam na atividade de seguros no Brasil, nos surpreendeu o pequeno número de estudos sobre o tema realizados até aqui. Como passou despercebida dos pesquisadores uma atividade que apresenta números tão significativos? Esperamos com essa primeira aproximação chamar mais atenção para o assunto e apontar, para além da descrição, o estudo das articulações entre as companhias de seguro, o financiamento do Estado e o sistema de crédito, peça chave da economia mercantil.